

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TB, de 22/05/1998 publicada no DOE em 04/06/1998

Aos vinte e dois dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e oito, às treze horas, na sede da Unidade de Serviços e Obras de Novo Horizonte do DAEE, com a presença de 28 (vinte e oito) membros, deu-se inicio a primeira reunião extraordinária, do corrente ano, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha. A mesa de trabalho foi composta pelas seguintes pessoas: Valdir Aparecido Cossari, prefeito de Itajobi e presidente do Comitê; Professor Nariaqui Cavaguti, vice presidente do Comitê; Lupércio Ziroldo Antonio, Secretário Executivo e José Ezequiel Santana, responsável pela Unidade de Obras de Novo Horizonte, do DAEE . Iniciou a reunião o Presidente do Comitê, que após as saudações, citou os objetivos desse encontro e passou a palavra ao Secretário Executivo. Conforme pauta previamente distribuída, Engº Lupércio, apresentou o resultado dos trabalhos da Câmara Técnica, que se reuniu, no dia dezoito de maio, na cidade de Lins. Em seguida passa a palavra ao Prof. Nariaqui Cavaguti, Presidente da Câmara Técnica, que explicou os critérios utilizados pela Câmara Técnica, para analisar e priorizar os projetos apresentados, que eram em numero de 30. Segundo esses critérios, foram desclassificados: 1.- Por falta de apresentação de ante-projeto, as seguintes solicitações: Prefeitura Municipal de Piratininga: Tratamento de Lixo, Prefeitura Municipal de Matão: Viveiro de espécies nativas, Prefeitura Municipal de Marapoama: Desassoreamento/ combate a erosão; 2.- Por ultrapassar o valor máximo de financiamento: Prefeitura Municipal de Lins: Construção de galerias de águas pluviais; 3.- Por apresentarem mais de um projeto: Prefeitura Municipal de Bady Bassit: Rede de saída de lagoa de tratamento, Prefeitura Municipal de Guarantã (2solicitações): Construção de Galerias de Águas Pluviais, Prefeitura Municipal de Matão: Construção de Galerias de Águas Pluviais e Prefeitura Municipal de Itápolis: Implantação de Infra estrutura. Os projetos restantes foram priorizados, numa escala de um a cinco, e depois pontuados, conforme ficha de Pontuação, aprovada pelo plenário na ultima reunião ordinária. Após questionado, prof. Nariaqui, apresenta resposta às perguntas, ressaltando mais uma vez que em toda decisão da Câmara Técnica, foram observados critérios aprovados anteriormente pelo plenário, passando, em seguida, a palavra ao Secretario Executivo. O prefeito municipal de Itápolis propõe que a prioridade apresentada pela Câmara Técnica seja desconsiderada, por desconhecimento dos solicitantes. Diante da proposta, o Secretario Executivo considera nulo os critérios de priorização da Câmara Técnica. O Prefeito municipal de Sabino lembra que 87% dos recursos do Fehidro não foram liberados, portanto, atentar para o cuidado na liberação dos recursos do CBH-TB, quanto as autorizações necessárias e o problema de inadimplência dos solicitantes o que também é lembrado pelo Secretario Executivo que, seguindo, solicita que cada prefeito discorra sobre o projeto apresentado, iniciando pela Prefeito Municipal de Jaci que por ter apresentado dois projeto, opta pelo de Construção de lagoa de tratamento; Prefeito municipal de Itajobi: Construção de lagoa de tratamento de esgoto; Prefeitura Municipal de Urupês: Construção de Lagoa de Tratamento de esgoto; Prefeito Municipal de Sales: Construção de Lagoa de Tratamento de esgotos; Representante do prefeito Municipal de Agudos: Projeto para tratamento de lixo; Prefeito Municipal de Sabino: Conclusão de Rede de Esgotos; Prefeito Municipal de Lins: Usina de Reciclagem de Lixo; Prefeito Municipal de Bady Bassit: Implementação de aterro sanitário; Prefeito Municipal de Pirajui: Reflorestamento de mata ciliar do Rio Dourado; Prefeito Municipal de Guarantã: Projeto para execução de sistema de tratamento de lixo; Representante do DAE/Bauru: construção de recalque para esgoto; Prefeito Municipal de Irapuã: Construção de galeria de águas pluviais; Prefeito municipal de Avai: Construção de rede de galeria de águas pluviais; Prefeito municipal de Itápolis: Central de triagem de lixo; Representante do prefeito municipal de Matão: Construção de lagoa seca; Representante do Instituto Vidagua: Educação ambiental e monitoramento; Prefeito municipal de Reginopolis: Limpeza de poços e aquisição de equipamentos; Representante do Instituto Florestal/Secretaria do Meio Ambiente: Implementação de Programa de Educação Ambiental; Prefeito municipal de Pongaí: Construção de área de lazer. Continuando, o prefeito municipal de Sabino tece considerações sobre a pontuação

e hierarquização das solicitações, lembrando que os mesmos foram aprovados na última reunião. O Secretário Executivo, passa então, à discussão da destinação dos recursos do FEHIDRO, destinados ao Comitê Tiete Batalha, da ordem de R\$ 744.973,95 (setecentos e quarenta e quatro mil novecentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos). Nesse momento o Secretário Executivo faz a verificação de presenças para votação: Representante dos municípios: 13 votos; representantes da sociedade civil: 5 votos; representantes do estado: 4 votos, total de votos 22. Após longo debate, o secretário executivo põe em votação a proposta do Prefeito Municipal de Itajobi, que elimina os projetos cujos representantes legais não estejam presentes. Proposta aprovada pelo plenário. Ficam, portanto, eliminadas as solicitações das seguintes entidades: Prefeitura municipal de Agudos, Prefeitura municipal de Avaí, Prefeitura municipal de Matão e DAE de Bauru. O prefeito municipal de Guarantã, pede a substituição da proposta, apresentada pela sua Prefeitura, de Projeto de execução de sistema de tratamento de lixo para o de Construção de Galerias Pluviais. Outra proposta apresentada pelo prefeito municipal de Sales é a exclusão das solicitações do Instituto Vidagua e da Secretaria de Meio Ambiente. O representante do Instituto Vidágua defende a manutenção de sua solicitação argumentando que trata-se de uma ação regional e de educação. Colocada em votação a proposta é aprovada. Ficam portanto eliminadas as propostas do Instituto Vidágua e da Secretaria do Meio Ambiente. O representante do Instituto Vidágua e o prefeito de Piratininga propõe que o proposta de construção de área de lazer às margens do Tietê, apresentada pela Prefeitura Municipal de Pongaí seja desclassificada por ser de agressão e degradação ao meio ambiente. Colocada em votação a proposta foi rejeitada. Professor Nariaqui faz uso da palavra, na qualidade de coordenador da Câmara Técnica, para deixar registrado a não necessidade da manifestação da Câmara Técnica, mesmo quando o valor dos processos ultrapassarem e valor dos recursos existentes, porque nada que lá foi decidido ou proposto foi respeitado pelo plenário, citando, ainda, que respeita as decisões do plenário, lamentando, porém esse procedimento. O prefeito municipal de Pongaí, aumenta a sua contrapartida, diminuindo assim o valor solicitado ao FEHIDRO para R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Nesse instante, a reunião é interrompida para que os representantes dos domadores, ainda classificados, apresentassem uma proposta de consenso, para análise e votação do plenário. Retornando, os domadores apresentam a seguinte proposta de destinação dos recursos, para as obras já acima mencionadas: Prefeitura Municipal de Jaci: R\$ 54.200,00 (Cinquenta e quatro mil e duzentos reais); Prefeitura Municipal de Itajobi: R\$ 91.200,00 (Noventa e um mil e duzentos reais); Prefeitura municipal de Urupês: R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais); Prefeitura Municipal de Sales: R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais); Prefeitura Municipal de Sabino: R\$ 50.200,00 (cinquenta mil e duzentos reais); Prefeitura municipal de Lins R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais); Prefeitura municipal de Bady Bassit: R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil quinhentos e sessenta reais); Prefeitura municipal de Pirajuí: R\$ 71.200,00 (setenta e um mil e duzentos reais); Prefeitura Municipal de Guarantã: R\$ 14.200,00 (catorze mil e duzentos reais); Prefeitura Municipal de Irapuã: R\$ 84.200,00 (oitenta e quatro mil e duzentos reais); Prefeitura municipal de Itápolis: R\$ 30.200,00 (trinta mil e duzentos reais); Prefeitura municipal de Reginópolis R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais); Prefeitura municipal de Pongaí: R\$ 43.200,00 (Quarenta e três mil e duzentos reais). Proposta que foi aprovada pelo plenário. O secretário executivo, solicita então aos domadores a apresentação do projeto básico, orçamento e cronograma físico financeiro, lembrando que a contrapartida é de no mínimo 20% do valor da obra, os projetos deverão ser entregues na Sede da Secretaria Executiva, em Novo Horizonte. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, sendo, em seguida lavrada a presente ata, que por mim foi assinada e enviada para publicação no Diário Oficial de São Paulo e posteriormente encaminhado cópia aos componentes do CBH_TB.